

Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)

Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

158 Inovação, gestão estratégica e controladoria nas organizações
[recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella de Menezes Baldão.
– Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Inovação, Gestão
Estratégica e Controladoria nas Organizações; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-69-7

DOI 10.22533/at.ed.697183110

1. Controladoria. 2. Planejamento estratégico. I. Baldão,
Gabriella de Menezes. III. Série.

CDD 658.151

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A “Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora. Em seu I volume, apresenta, em seus 22 capítulos, os novos conhecimentos para Administração nas áreas de Inovação e Gestão.

As áreas temáticas de Inovação e Gestão englobam assuntos de suma importância para o bom andamento de projetos e organizações. O tema Inovação vem sendo cada vez mais pesquisado em função da necessidade da busca constante pela prática desta temática, seja em busca de soluções ou de lucro. O tema Gestão é um assunto que vem evoluindo a cada dia por causa de sua prática ser vital em todas as áreas e departamentos.

Os estudos em Inovação e Gestão estão sempre sendo atualizados para garantir avanços não apenas em organizações, mas na humanidade. Portanto, cabe a nós pesquisadores buscarmos sempre soluções e novas formas de inovar e gerenciar.

Este volume dedicado à Administração traz artigos que tratam de temas que vão desde contabilidade, gestão de pessoas, diversidade geracional até sistemas e tecnologias que visam avanços na área de Administração.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos nas áreas de Inovação e Gestão, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, desejo que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias para a área de Administração e, assim, garantir incremento quantitativos e qualitativos na produção de alimentos para as futuras gerações de forma sustentável.

Gabriella de Menezes Baldão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS METODOLOGIAS ATIVAS E O EMPREENDEDORISMO PARA GESTÃO DE NEGÓCIOS E INOVAÇÃO	
<i>Ana Paula Alves Bleck Duque</i>	
<i>Cristina de Carvalho Ares Elisei</i>	
<i>Luciana Tomé de Souza Castilho</i>	
<i>Maria Cristina Carrupt Ferreira Borges</i>	
<i>Paulo César Ribeiro Quinteiros</i>	
<i>Sérgio Roberto Montoro</i>	
CAPÍTULO 2	11
COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO	
<i>Renato Przychynski</i>	
CAPÍTULO 3	32
QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO POR MEIO DA ESPIRITUALIDADE CORPORATIVA	
<i>Randes de Faria Enes</i>	
<i>Stella Regina Reis da Costa</i>	
CAPÍTULO 4	49
RECUPERAÇÃO JUDICIAL E MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES: UM ESTUDO NO SETOR ADMINISTRATIVO DE UMA EMPRESA GAÚCHA	
<i>Sandro Marczewski</i>	
<i>Juliana Jaeschke</i>	
CAPÍTULO 5	68
REFLEXÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: METODOLOGIAS E PARTICULARIDADES	
<i>Leila Valente Sirica</i>	
CAPÍTULO 6	85
SISTEMA COMPUTACIONAL DE APOIO AO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
<i>Elmo Rodrigues da Silva</i>	
<i>Neemias Espindola dos Santos</i>	
<i>Luiz Antonio Arnaud Mendes</i>	
<i>Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos</i>	
CAPÍTULO 7	103
SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO UNILASALLE-RJ	
<i>Aleksandra Sliwowska Bartsch</i>	
<i>Silvia Oliveira</i>	
<i>Gustavo Braga</i>	

CAPÍTULO 8	119
TECNOLOGIA E A CARREIRA DOCENTE: UMA ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	
<i>Anderson Ricardo Silvestro</i>	
CAPÍTULO 9	131
TRÂNSITO DE PEDESTRES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E VISUAL: ACESSIBILIDADE SEGUNDO A ABNT	
<i>Keli Luana Hahn</i>	
<i>Liane Marli Schäfer Lucca</i>	
CAPÍTULO 10	141
TRANSPORTE ACESSÍVEL DURANTE OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016 - UMA ANÁLISE NEURO-FUZZY DE ATRIBUTOS DE ACESSIBILIDADE À LUZ DA PERSPECTIVA DO USUÁRIO DAS LINHAS ALIMENTADORAS DO BUS RAPID TRANSIT - RJ	
<i>Priscila da Silva Oliveira</i>	
<i>Leonardo Oliveira</i>	
CAPÍTULO 11	160
A ADMINISTRAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS EM PEQUENAS EMPRESAS	
<i>Danielle de Souza Saad</i>	
<i>Gisele Medianeira Cardoso</i>	
<i>Jean Carlos Cavalheiro</i>	
<i>Andréa Vieira Brasil</i>	
CAPÍTULO 12	172
A GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: UMA PROPOSTA DE REVISÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS EM BUSCA DA EFICIÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE DISCENTES MATRICULADOS E FORMADOS NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB	
<i>Carlos Cezar Modernel Lenuzza</i>	
<i>Luiz Alberto Rocha de Lira</i>	
<i>Luciana Calabró</i>	
CAPÍTULO 13	187
A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE GESTÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS	
<i>Angelo Cesar Tozi Christo</i>	
<i>Daniele Castelan do Nascimento</i>	
<i>Luan Tomazini Barbos,</i>	
<i>Uanderley Moreira</i>	
<i>Faculdade Multivix, Administração,</i>	
CAPÍTULO 14	200
A INFLUÊNCIA DO PRONAF NA ECONOMIA REGIONAL E NA GERAÇÃO DE RENDA EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	
<i>Marco Antonio da Costa Malheiros</i>	
<i>Cláudio Edilberto Höfler</i>	
<i>Bruno Rafael Pivotto</i>	
<i>Bruna Gabriela Warmbier</i>	

CAPÍTULO 15	215
AVALIAÇÃO DA PERSPECTIVA DA GESTÃO DE CARREIRAS SOB A ÓTICA DOS FORMANDOS NOS CURSOS DE SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DE BELO HORIZONTE – MG	
<i>Eder Júlio Rocha De Almeida</i>	
<i>Arthur Guimarães Gonçalves dos Santos</i>	
<i>Maria do Socorro Pacheco Pena</i>	
<i>Tiziane Rogério Madureira</i>	
<i>Júnia Cordeiro dos Santos</i>	
<i>Jussara Basílio de Souza</i>	
CAPÍTULO 16	231
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR MÚLTIPLAS FONTES: UM ESTUDO SOBRE OS CONCEITOS INTRÍNSECOS AO MODELO	
<i>Denise Del Peloso de Castro</i>	
<i>Stella Regina Reis da Costa</i>	
CAPÍTULO 17	247
COMPARTILHAR PARA TRANSFORMAR: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL EM UMA PREFEITURA DO MEIO-OESTE CATARINENSE.	
<i>Sonia A Borchers</i>	
<i>Luciana D Traverso</i>	
<i>Isaque G Koche</i>	
<i>Debora Bobsin</i>	
<i>Roberto de Gregori</i>	
CAPÍTULO 18	265
CONTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	
<i>Daniela Silveira de Souza</i>	
<i>Gabriela Zanandrea</i>	
<i>Marta Elisete Ventura da Motta</i>	
<i>Alice Munz Fernandes</i>	
<i>Maria Emilia Camargo</i>	
CAPÍTULO 19	280
DESIGN E ARTESANATO: GESTÃO SOCIOCULTURAL E ECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO “MÃOS HABILIDOSAS” NA CIDADE DE BRAGANÇA – PA	
<i>Rodrigo Augusto de Sousa Cavalcante</i>	
<i>Alessandra Farias Vieira</i>	
<i>Ana Luiza Aquino de Brito</i>	
<i>Aninha Melo Moreira</i>	
CAPÍTULO 20	289
DIVERSIDADE GERACIONAL E A GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS E ALEMÃS	
<i>Juliana Jaeschke</i>	
<i>Enise Barth Teixeira</i>	
CAPÍTULO 21	308
GESTÃO DE COMPRAS NOS SUPERMERCADOS DE GRANDE PORTE DA CIDADE DE CHAPECÓ	

– SC: UMA COMPARAÇÃO COM A CIDADE DE CASTRO - PR

Anderson José Cassol

Amanda Battisti

Elaine Paine

Moacir Francisco Deimling

CAPÍTULO 22 319

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO: ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE UMA PREFEITURA MUNICIPAL

Fábio Vidal Pinheiro Del Duca

Rafael Paris da Silva

Jaiser Tapia

Diego Pretto

Mauri Leodir Löbler

SOBRE A ORGANIZADORA..... 336

TRÂNSITO DE PEDESTRES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E VISUAL: ACESSIBILIDADE SEGUNDO A ABNT

Keli Luana Hahn

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões

Santo Ângelo – Rio Grande do Sul

Liane Marli Schäfer Lucca

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões

Santo Ângelo – Rio Grande do Sul

RESUMO: Esse estudo é motivado da realidade que as pessoas com deficiência enfrentam ao transitar pelas calçadas, ruas e departamentos dentro da zona urbana. Sabe-se que a inclusão de pessoas com limitações físicas e visuais implica diretamente nos meios utilizados para se locomover, que são as calçadas, ônibus, ruas e todo e qualquer estabelecimento que seja de uso comum. Adequá-las demanda tempo, mão de obra e material para a realização de obras, no entanto, tudo isso necessita planejamento e principalmente que todo projeto esteja previsto pelo orçamento do município. Diante dos diversos entraves encontrados pela população especial até mesmo dentro de casa, pode-se imaginar como é complicado transitar no ambiente externo ao seu domicílio sem acompanhamento de terceiro e, nesse sentido questionar se todo esse trabalho é realmente necessário ou apenas inovação. Busca-se obter conhecimento a partir das recomendações que

a ABNT NBR 9050:2015 propõe para solução de problemas existentes ou para projetos novos de acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Trânsito de Pedestres, Deficiência Física, Deficiência Visual.

ABSTRACT: This study is motivated by the reality that people with disabilities face when they walk through the sidewalks, streets and departments within the urban area. It is known that the inclusion of people with physical and visual limitations directly implies the means used to get around, which are sidewalks, buses, streets and any and every establishment that is in common use. Adequate them demand time, labor and material for the realization of works, nevertheless, all this needs planning and mainly that every project is predicted by the budget of the municipality. In the face of the various obstacles encountered by the special population even in the home, one can imagine how difficult it is to move outside the home without a third-party follow-up and, in that sense, question whether all this work is really necessary or only innovation. It seeks to obtain knowledge from the recommendations that ABNT NBR 9050: 2015 proposes to solve existing problems or for new accessibility projects.

KEYWORDS: Accessibility, Pedestrian Traffic, Physical Impairment, Visual Impairment.

1 | INTRODUÇÃO

Garantir a acessibilidade não representa gastos desnecessários, mas um investimento para o futuro. As pessoas com algum tipo de deficiência ou qualquer pessoa com mobilidade reduzida, também são responsáveis por parte da economia e devido às necessidades em que se encontram precisam de acompanhante, e estes representam consumo em potencial. (CASTRO, 2013).

As calçadas são espaços públicos, destinadas ao trânsito de pedestres. Localizadas nas laterais das ruas, são partes da via onde circulam toda população das mais diferentes idades e condições físicas, para tanto, devem manter condições de trafegabilidade para que todos possam se locomover sem dificuldades. Existem algumas recomendações para que haja fluxo de pedestres, principalmente para pessoas com deficiência física e visual, as quais serão comentadas oportunamente.

Calçada é parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins. (CBT, 1997, anexo I).

Segundo Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2010, o Brasil conta com 23,9% de brasileiros que declaram possuir algum tipo de deficiência. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) considerou além da deficiência física e visual, a auditiva e a intelectual, dentre esses quatro, a deficiência que mais atinge a população é a visual que abrange principalmente as pessoas com mais de sessenta anos. (IBGE, 2010).

Projetos de acessibilidade vêm crescendo à medida que se tornam necessidade nos centros urbanos. Ao passo que vão sendo implementadas medidas que proporcionam a trafegabilidade a toda população, a cidade também se torna ícone de referência para as demais.

As principais patologias encontradas em calçadas urbanas de modo geral são os degraus, a textura lisa do piso, obstáculos na faixa livre como pilares de edificação e irregularidades geralmente encontradas nas entradas de garagem. Soma-se a isso a ausência de projetos de acessibilidade aos deficientes físicos e visuais, como as rampas de acesso e o piso tátil.

Quando se trata de reparos a esses espaços, tomando como base que calçada é uma via independente dos lotes, a prefeitura municipal é quem deve fiscalizar e manter o funcionamento das calçadas como sendo espaço público e de livre circulação, isso induz que as calçadas devem seguir modelo padrão de norma, conformidade esta, que será avaliada nesta pesquisa. (GASPARINI, 2005 apud CONTE, 2014).

2 | TRÂNSITO DE PEDESTRES E ACESSIBILIDADE - SUA IMPORTÂNCIA FRENTE AO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

Ser portador de deficiência física ou visual restringe o cidadão de exercer seu direito de ir e vir. Os cadeirantes, por exemplo, sofrem diariamente com o descaso das empresas de transporte urbano que até hoje não adaptaram todas as suas linhas e, ainda, quando o ônibus possui acessibilidade, em algumas ocasiões os motoristas não param nas paradas para não ter que auxiliar os cadeirantes a entrar no ônibus.

Associado a isso, as calçadas urbanas em sua grande maioria também não estão preparadas para atender essas pessoas, pois contêm irregularidades que iniciam com imperfeições já na porta das residências. Não pode ser qualquer largura ou inclinação, são necessárias medidas específicas para que a cadeira de rodas possa transitar. Um dos principais problemas encontrados em todos os ambientes é a falta de espaço. Dentro da própria casa, por exemplo, as portas devem ter pelo menos 0,90 metros de acordo com a norma, e os banheiros necessitam de barras de auxílio, vaso sanitário apropriado, etc.

Se esses problemas já impedem a locomoção dentro da própria casa, que dirá, maiores são as dificuldades encontradas na parte externa dela: degraus, inclinação exagerada, falta de rampas de acesso, textura lisa, entre outros. Todas essas dificuldades impedem que uma pessoa com deficiência possa se deslocar de forma autônoma, independente, lhes privando assim da liberdade, de poder ir e vir sem dificuldades, sem precisar chamar o socorro, sem a necessidade de ter que pagar outra pessoa que fique disponível o tempo todo para auxiliá-lo a realizar a mais básica tarefa que é se deslocar por conta própria. Inúmeras pessoas sem deficiência nem mensuram o drama pessoal que essas pessoas vivenciam diuturnamente.

Para o deficiente visual a falta de estrutura aliada a limitação visual também o impede de se locomover por conta própria. A inexistência do piso tátil é apenas uma das várias barreiras impostas aos cegos, que atrapalham que estes usufruam de atividades sociais como lazer e trabalho.

O lazer e o trabalho são direito de todos e para todos. Não se deve permitir que os órgãos responsáveis se abstenham desta responsabilidade e mantenham a acessibilidade somente no campo da teoria. “É correto afirmar que mobilidade é função pública com a obrigatoriedade de garantir a acessibilidade a todos e isso implica na obediência a normas”. (WELTER, 2011).

As calçadas são consideradas bens públicos de uso comum e são as coisas móveis ou imóveis pertencentes ao Poder Público (União, Estado Membro, Município, Distrito Federal), usáveis, sem formalidade, por qualquer do povo. São exemplos dessa espécie de bem os mares, as praias, os rios, as estradas, as ruas, as praças, as áreas verdes e de lazer. O uso e gozo desses bens é permitido a qualquer ser humano, sem distinção entre nacionais e estrangeiros, entre pessoas físicas ou jurídicas, ou entre pessoas públicas ou privadas. Para esse uso e gozo nada se exige em termos de

autorização ou permissão, nem, pelo menos em princípio, se cobra pela utilização. (GASPARINI, 2005 apud CONTE, 2014).

O que a maioria da população busca é a comodidade de deslocar-se do trabalho para casa, da casa para a padaria, da padaria para a praça, sem que haja necessidade de enfrentar o trânsito parado, dentro do ônibus ou do próprio carro. Utilizando-se da calçada para este fim, elas podem, ainda, aliar como uma forma de praticar exercícios físicos. Para tanto, vê-se a necessidade de mantê-la estruturada para atender toda população e suas diversidades.

Em uma matéria realizada sobre o direito de acesso aos deficientes físicos, o portal de notícias da rede Globo refere que Uberlândia é um exemplo de acessibilidade para deficientes, pois “conta com rampas de acesso em cada esquina”. Finaliza a matéria dizendo que “segundo a ABNT, por maior que seja o custo para fazer tudo o que é necessário, esse preço nunca chegará nem perto do tamanho dos benefícios para todos”. (GLOBO.COM, 2016).

De maneira geral a adequação das cidades quanto à acessibilidade tanto em espaços internos como prédios e externos como as calçadas vêm tomando proporções maiores à medida que a população aumentou e de certa forma também aumentou o número de pessoas com deficiência. Essas pessoas, diferentemente do passado não vivem restritas às suas casas, mas sim anseiam por usufruir de todas as possibilidades que a cidade oferece em condição de igualdade como as demais pessoas que não possuem deficiências. O acesso a livre circulação de toda população a qualquer lugar, proporciona independência aos integrantes desta cidade que evoluiu como uma sociedade inclusiva, integrada e impactando todos os seus setores, inclusive o econômico, pois mais pessoas estarão adquirindo mercadorias e utilizando os seus serviços. (CAIA NO MUNDO, 2014).

3 | PARÂMETROS RELEVANTES - RECOMENDAÇÕES E NORMATIVAS

Para a correta análise dos parâmetros, de forma que abrangem informações importantes, fica inviável falar de todas elas amplamente. Nesse sentido, esse estudo fará a avaliação de cada parâmetro separadamente para que seja usado quando for necessário para fazer as devidas alterações voltadas a melhoria das calçadas em termos técnicos atendendo toda diversidade que a população possui.

De acordo com a ABNT NBR 9050:2015, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade, a calçada é composta por três tipos de faixas: faixa de serviço; faixa livre e faixa de acesso, sendo que a faixa de serviço deve ter no mínimo 0,70 metros, a faixa livre de pelo menos 1,20 metros, no entanto, recomenda-se que seja de 1,50 metros, e a faixa de acesso não tem dimensão mínima, portanto ela não é faixa obrigatória da calçada, porém ela só

passa a existir caso a calçada como um todo tenha mais de 2,0 metros de largura. É possível visualizar as três faixas na Figura 1.

A largura da faixa de serviço é destinada às placas de sinalização, placas de propaganda, lixeiras, plantas (arborização) e as rampas de acesso aos cadeirantes e também rampas para entradas de garagens. Vale destacar que as rampas de acesso aos cadeirantes devem ter 8,33% de declividade ou inferior a isso conforme a Figura 2.

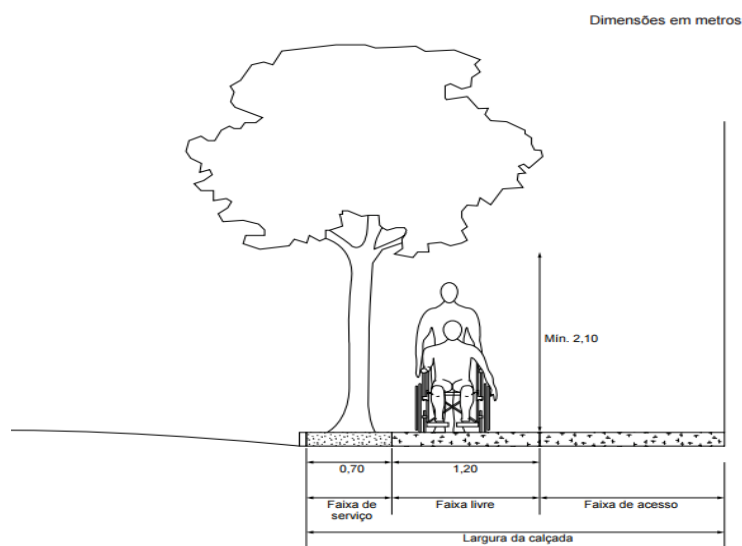


FIGURA 1 – Dimensões da calçada. Fonte: NBR 9050 (ABNT, 2015)

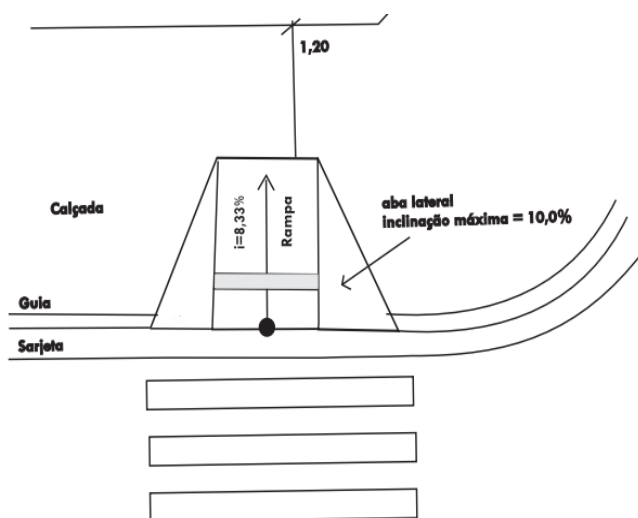


FIGURA 2 - Inclinação da rampa de acesso. Fonte: CASTRO, 2009

A faixa livre, localizada no centro das duas faixas, é destinada ao livre trânsito de pedestres, portanto não é permitido nenhum tipo de obstáculo como, por exemplo, lixeiras ou plantas, também é de suma importância que não se encontram lisas, com o uso de cerâmicas inadequadas para evitar acidentes por deslizamentos, e também sem degraus. A ABNT NBR 9050:2015 considera que 20 mm já são considerados degraus e necessitam de reparos. Com a largura mínima de 1,20 metros admissíveis, é possível que um cadeirante e uma pessoa em pé andem lado a lado livremente como mostra a Figura 3.

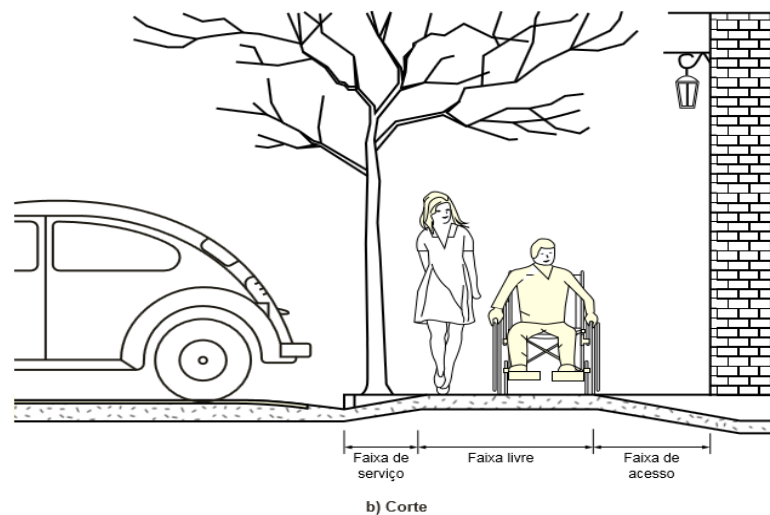


FIGURA - 3 Vista Transversal da calçada. Fonte: NBR 9050 (ABNT, 2015)

Faixa de acesso é o espaço de passagem da área pública para o lote. Ressalta-se que essa faixa existe apenas quando a calçada tem largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes lindeiros sob autorização do município para edificações já construídas. Assim sendo, a faixa de acesso permite inclinações como as de ingresso em garagem ou simplesmente inclinação de entrada no imóvel desde que não prejudique ou interfira na largura mínima da faixa livre. (ABNT, 2015).

Dessa maneira, pode-se concluir que a única faixa que não deve ter inclinações é a faixa livre, por ser exclusividade para a locomoção de pedestres. A única inclinação que essa faixa aceita, e também deve ter, é a inclinação de, no máximo, 3%, do sentido do terreno para rua, servindo apenas para o escoamento da água da chuva.

4 | ACESSIBILIDADE

No contexto em que vivemos questões relacionadas a acessibilidade são de grande importância na solução de questões voltadas ao bem-estar e inclusão de pessoas com limitações de deslocamento, como é o caso das pessoas com deficiência física ou visual. Nesse sentido refere Mota (2011) que “no cenário mundial contemporâneo, a inovação é reconhecidamente o instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável, para a geração de emprego e renda e para a democratização de oportunidades”.

Para possibilitar a livre circulação de toda população que vive nas cidades, torna-se necessário planejar ações que oportunizam recursos de acessibilidade. Nas calçadas, o piso tátil e as rampas de acesso aos cadeirantes são exemplos que devem ser planejados e executados de forma que juntos propiciam melhor compatibilização, uma vez que piso tátil é para deficientes visuais e as rampas aos deficientes físicos.

Segundo a Associação Brasileira de Concreto Portland (ABCP), o piso tátil é composto por duas peças distintas, o direcional e o alerta que devem ser integrados nas calçadas servindo de guia de caminamento aos deficientes visuais. O piso tátil direcional indica “caminho livre”, “pode seguir em frente”, ou seja, não existe obstáculo

naquele trecho. Já o piso tátil alerta sinaliza situação que envolve risco de segurança: “existe alguma coisa aqui”, “preste atenção”. Segue abaixo, na Figura 4 a de distinção de ambos. (ABCP, 2015; ABNT, 2015).

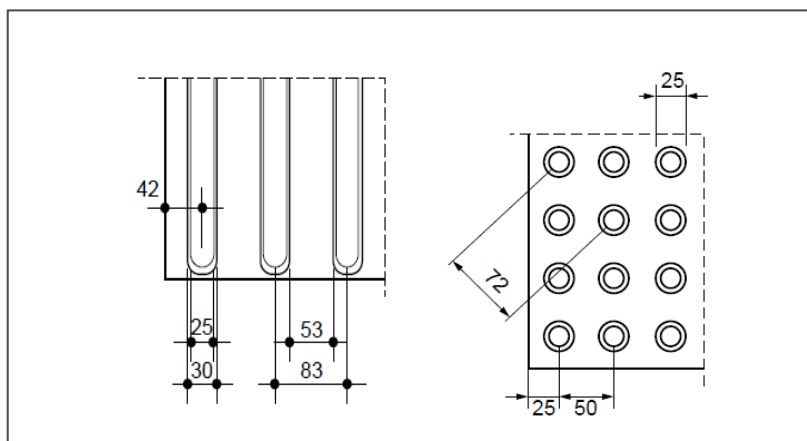


FIGURA 4 - Piso Tátil Direcional e Alerta, respectivamente. Fonte: NBR 9050 (ABNT, 2015)

Em projetos de acessibilidade com uso do piso tátil, deve-se ter muita atenção em relação a qual das duas placas usar e em que situações a-usar, dado que possuem particularidades opostas. Deve-se seguir um padrão de sinalização orientando-se com base na norma da ABNT, pois a falta de padronização desta causará confusão aos deficientes visuais.

O Piso Tátil Alerta deve ser inserido sempre que houver mudança de direção, degraus, desníveis e obstáculos nas calçadas como telefone público, hidrantes, lixeiras ou qualquer empecilho. Seguem Figuras 5 e 6 que facilitam a compreensão. (ABNT, 2015).

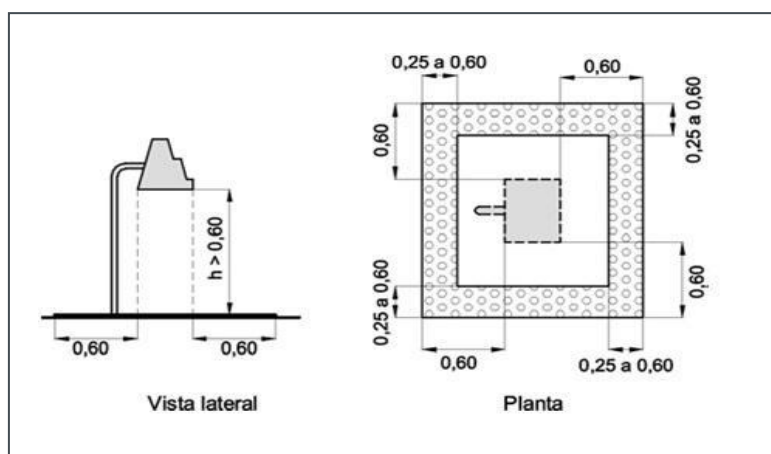


FIGURA 5 - Piso tátil em telefone público em planta baixa. Fonte: MATOS, 2011

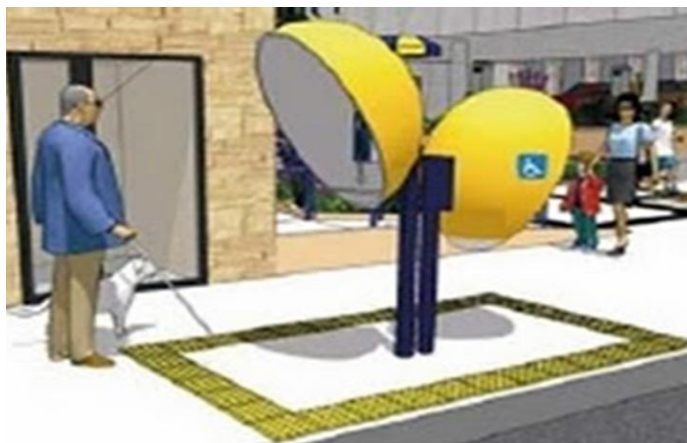


FIGURA 6 - Piso tátil em telefone público em 3D. Fonte: MATOS, 2011

Observa-se, nas Figuras 5 e 6, que o Piso Tátil Alerta deve ficar a 60 centímetros do seu eixo indicando que ali existe um obstáculo, alertando o deficiente visual para que ele, nesse ponto, não siga adiante, e assim evitar que se machuque. Essas características devem ser mantidas em todo tipo de volumetria, ou algo do gênero que possa oferecer riscos de acidentes para essas pessoas.

Em outros casos, como a existência de escadas, por exemplo, as recomendações são de que deve existir piso tátil alerta no início e no final do último degrau conforme Figura 7. Ainda, para facilitar a identificação de escadas é aconselhável a sinalização em braile através de placas fixadas no corrimão que as guarnece. Em alguns trechos da cidade é interessante a disposição de mapas em braile dos principais locais ou pontos turísticos da cidade para fins de localização espacial do portador de necessidade visual. (ABNT, 2015).



FIGURA 7 - Sinalização de Piso Tátil Alerta em escada. Fonte: ABCP, 2015

Com relação à inclinação das rampas de acesso aos cadeirantes, a ABNT NBR 9050:2015 confere que ela “deve ser constante e não superior a 8,33%, no sentido longitudinal da rampa central e nas rampas das abas laterais.” (ABNT, 2015).

Ainda que exista pouca acessibilidade urbana, normalmente as principais falhas encontradas são erros de projetos já executados, muitas vezes por falta de supervisão do engenheiro competente, ou pela falta de estudo e da compreensão da real necessidade do portador de necessidade na realização de projetos.

Destaca-se que a “visão” de um deficiente visual depende da interpretação do projetista que organiza, estuda sua deficiência e suas necessidades fomentando projetos bem feitos, bem planejados e bem executados. O mesmo acontece com os deficientes físicos que dependem de bons profissionais tanto na área da construção civil para realização de projetos bem como de órgão público para aprovar e ceder verba para execução. (MATOS, 2011).

Nesse sentido refere Matos (2011) que

A inovação apresenta um conjunto amplo de definições e abordagens, mas sempre tendo em comum um forte contato com o atendimento das demandas de público consumidor e de conhecimento a serviço da implementação de novos produtos, de novos processos ou de novas funcionalidades que deem conta do mercado, o qual, por sua vez, reflete a extraordinária escala dos tempos atuais.

Vislumbra-se que o conhecimento científico-tecnológico, bem como a inovação desempenham importante papel como patrimônios sociais voltados ao desenvolvimento sustentável, refletindo em melhoria de qualidade de vida da população, por meio da geração de novas oportunidades.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cidades é indispensável que haja preocupação com as vias de locomoção da população e a sua acessibilidade, objetivando a inclusão de todos no convívio social. Necessita-se de um planejamento muito amplo, desde a árvore que se planta nas calçadas, das entradas de garagens que não devem ter inclinação na faixa livre, e demais aspectos ligados ao deslocamento das pessoas no meio urbano.

Não se trata apenas de calçadas, mas também os ônibus, as escolas, os hospitais, supermercados, tudo. Os deveres não devem vir antes dos direitos, mas sim, simultaneamente. Cadeirantes e deficientes visuais como qualquer pessoa querem e devem trabalhar para também gerar lucros em uma sociedade e muito mais, se sentir importantes e não apenas “especiais”. Mas para isso eles precisam dos direitos de ir, de vir.

Mas isso tudo também demanda tempo. Planejamentos e projetos devem ser muito bem pensados para que não haja conflitos de interesses. A aplicação da norma ABNT NBR 9050:2015 deve ser observada no intuito de padronizar e tornar efetiva a acessibilidade com vistas à inclusão das pessoas com deficiência no convívio social.

Existem muitos problemas encontrados por falta de informação e erros em projetos já efetivados. Muitas entradas de garagens executadas sem o intuito de prejudicar o terceiro com inclinação exagerada favorecendo os carros e prejudicando a faixa livre.

Nesse sentido, o propósito deste estudo é sensibilizar, mas muito mais que isso, levar informação e fazer entender que a sociedade para crescer precisa ser uma só, tudo precisa se encaixar, compatibilizando ideias, projetos e ações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em >http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf<. Acesso em: 06 de novembro de 2016.

BRASILEIRO, CÓDIGO DE TRÂNSITO. *Lei nº 9.503/97*. Setembro, 1997. 2016.

CAIA NO MUNDO. **As quatro cidades com a melhor acessibilidade do mundo**. [S.l.], Dez. 2014.

CASTRO, Eduardo Ronchetti de. **A importância de Acessibilidade**. São Paulo, 2013. Disponível em: ><https://eduardoronchetti.wordpress.com/2013/07/31/a-importancia-de-acessibilidade/><. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

CASTRO, Jary de Carvalho. **Guia Prático para Construção de Calçadas**. 2ª ed. Mato Grosso do Sul, 2009.

CONTE, E. P. **As calçadas públicas urbanas e a responsabilidade quanto a sua construção e conservação**. 2014. 64p. Monografia (Graduação em Bacharel em direito) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2014.

DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. Disponível em: ><http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431750><. Acesso em: 30 de novembro de 2016.

GLOBO.COM. **Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes**. Disponível em: ><http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/uberlandia-e-exemplo-de-acessibilidade-para-deficientes.html><. Acesso em: 10 de novembro de 2016

MANUAL DE SINALIZAÇÃO URBANA. **Companhia de Energia de Tráfego - CET**. São Paulo, 2015. Disponível em: >http://www.cetsp.com.br/media/392043/msuvol08_obrasrev1.pdf<. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

MATOS, Maria Alice Furrer. **Acessibilidade na prática**. [S.l.], mai. 2011. In: www.acessibilidadenapratica.com.br. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

PAULO, São. Prefeitura Municipal. Página Eletrônica. Disponível em: ><http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37051><. Acesso em: 22 de novembro de 2016.

WELTER, L. B. **Mobiliário Urbano: Análise Teórica e Prática no Município de Santo Ângelo**. 2011. 80p. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Santo Ângelo, 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-69-7

